

Imaginário ambiental e espacialidades sócio-econômicas dos fluxos na zona de contato entre o Maciço da Costeira e a bacia do rio Itacorubi – em Florianópolis, SC.

BORGES, Raoni

A peculiaridade da região em estudo é evidenciada por apresentar, na mesma pequena porção de espaço, elementos ambientais, formas e funções demasiadamente diferentes entre si, resguardando *segundas naturezas* (desde habitações, empreendimentos comerciais e obras de uso público) coexistentes às paisagens genuinamente naturais (as quais correspondem à lúbrica Floresta Ombrófila Densa) associadas a comunidades e indivíduos nativos e alóctones, de classes diversas, produzindo diferentes coisas e objetificações sociais, por meio de também diferentes trabalhos realizados.

Será dada ênfase, dessa forma, às possibilidades de modos de vida dos indivíduos, sem desconsiderar suas relações com a comunidade, seja a comunidade na qual está – direta ou indiretamente – inserido ou na de entorno.

Coube, entretanto, ao nível coletivo a identificação de padrões gerais de ideologias e simbolismos, de modo a simplesmente fazer saber a existência do imaginário comunitário (seus códigos de conduta, limites de aceitação e tolerância, desejos [e necessidades] mais pronunciados), desde as mais simples e bucólicas relações com o meio até as mais emblemáticas fetichizações de consumo.

O INDIVÍDUO IMISCUÍDO

Logo, sendo o indivíduo o foco maior da análise, não cabe, por exemplo, a essa pequena epistemologia a pretensão de determinar as influências primeiras, ou seja, *quem* (ou *o que*) condicionou *quem*, uma vez que esse tipo de lógica frívola não preenche os imbricados nuances dispostos corologicamente na organização espacial. Aliás, segundo Milton Santos (1997, p.5): “O espaço é a acumulação desigual de tempos”. Tempos esses que se superpõem e dançam ora aproximando-se ora afastando-se, conforme as vontades dos seres e da natureza no palco da superfície terrestre.

A consideração do modo (e “estilo”) de vida do indivíduo soma-se justificativas comportamentais: as quais correspondem às habilidades intracorpóreas do ser, quando este ainda não foi despersonalizado pelo estresse e ainda é capaz de correlacionar suas emoções e pensamentos às suas ações; e justificativas ambientais: traduzidas pelo equilíbrio dos elementos espaciais dispostos no meio e correspondentes aos parâmetros humanos por excelência, como paisagens de feições salubres, saneamento básico adequado, meio natural suficientemente confortável às necessidades essenciais, etc. Essa consideração contém uma linha de argumentação que, por sua vez, encontra seu fulcro como existência real do indivíduo, ainda que compondo sua existência imaginária, ou seja, concernente não só à produção material de suas necessidades, mas também às idéias, sendo ambas provenientes de suas relações com a natureza, uns com os outros, ou (idéias) sobre sua própria natureza.

Longe de considerar o idealismo como mera filosofia burguesa e discordar do materialismo dialético quando este coloca que a liberdade pessoal só é possível em comunidade, cabe ressaltar que o estudo se propõe a explorar não o *individualismo*, mas a *individualidade*; sem desconsiderar a condição destes indivíduos como eles próprios

sendo produtos sociais (envoltos na dinâmica de divisão do trabalho, resultante das relações e forças produtivas condicionadas pela lógica acumulativa de capital e convertedora do próprio homem em instrumento de trabalho) e também realizadores de uma *práxis* sensível, cuja experiência possui facetas funcionais em suas práticas de sobrevivência (pacata e original por ser essencialmente primária) e comunicação; além de um aspecto contemplativo em sua prática de sensibilidade, seja ela emocional por razões diversas ou simplesmente sinestésica. Desta forma, evidenciam-se na interação dessas práticas a cultura e as opiniões de indivíduos que vivem em condições de maior interação “natural” do que “social”.

AS DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS: TERRITORIALIDADE, PERSONALIDADE E ECONOMIA

Talvez, o mais grandioso dos exemplos, superposto por essa *práxis* dê-se através da relação do sujeito com o que J.P.Sartre *apud* M. Santos (2002, p.317) chama de prático-inerte, ou seja, “as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade, corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens”. Assim, em sua relação com o(s) sujeito(s), o espaço se torna a mais representativa objetificação social, pois acumula, no decurso do tempo, as marcas das *práxis* nele fixadas e as marcas que compreendem desde ideologias até coisas-em-si.

É preciso, pois, verificar se as atividades econômicas desenvolvidas reservam verdadeiramente um potencial de rede, uma vez não regulamentadas segundo a organização estatal e, ainda por cima, restritas ao consumo do próprio trabalhador que, quando estende seu produto a outrem, este mesmo não se torna mercadoria de consumo, ou seja, é um produto de circulação restrita.

Averiguar o quão marginais (ou, simplesmente, auto-suficientes) podem ser as funções dispostas na região em questão é também imprescindível, na esperança de saber se podem (ou não) ser classificadas como atividades da economia informal e, se o são, o quão originais podem sê-las. Ainda que o conceito de *marginalidade* apresente-se tão diverso, subentende-se que condiza com *quem* ou *o que* vive às margens, geralmente de um dado sistema; social, moral e/ou econômico. A alienação de si mesmo através da venda de sua força de trabalho pode ser consumada ocasionalmente, através de empregos temporários. Com o estudo desses voláteis vínculos empregatícios almeja-se explorar também o conceito de “subemprego” ou mesmo “biscate” concernente não só aos seus preenchedores habituais (lumpemproletariado), mas também ao empregador. Para este tipo de estabelecimento econômico já se presume o mínimo de independência ética (justificada muitas vezes pela ausência de família, no sentido de membros economicamente dependentes), isto é, profissional, do indivíduo. Indo de encontro a isso, sabe-se que as chamadas “zonas morais”, normalmente públicas, são ambientes de preconceitos de conduta, onde determinados comportamentos são intolerados ou simplesmente não são “vistos com bons olhos”. Alguns dos indivíduos discordam da repressão ideológica (e territorial) gerada, afirmando que simplesmente desaprova-se publicamente atos que são realizados pelos mesmos indivíduos desaprovadores durante a vida privada, atestando-se assim a hipocrisia das ideologias relacionadas aos preconceitos de conduta.

Por abrangência, a *segregação sócio-territorial* não só limita o ser em seu deslocamento e permanência habituais, como também inibe sua plenitude vivencial, visto que o espaço onde vive é seu lar por excelência, no qual além de produzir, informar-se, dormir, se alimentar ele também se exercita, se diverte, se relaciona e se readapta (seja mudando de acordo com influências externas ou conforme as buscas de

sua própria personalidade). A segregação, além de condicionar o território no qual permanece, restringe também socialmente o indivíduo, no que se refere aos seus vínculos. Vínculos esses que não só se processam com seres de sua espécie, mas em relações amplas configuradas na ecologia semi-selvagem; ainda que a poucos quilômetros da orla urbana e dos fixos (e também fluxos) não-naturais.

Fixos e fluxos, ambos conceitos utilizados por Milton Santos para designar o espaço sócio-economicamente construído pelo trabalho humano, confundem-se dentro de uma escala de interpretação reduzida, principalmente porque a feição analisada não é propriamente estrutural, mas funcional devido à espacialidade em foco (ainda que dependente do espaço preexistente) e às paisagens coisificadas.

Visto que essa escala é a dos indivíduos, a percepção e o conhecimento associados a eles gozam de indelével importância, pois ambos são fatos psicossociais que fazem parte – a primeira do processo associado – e o segundo da coisa-em-si – das forças produtivas.

Assim, há inclusive a psicosfera existente e relacionada à chamada tecnosfera, que, segundo Ana Clara T. Ribeiro *apud* M. Santos (2002, p.256) consolida “a base social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais”. Essa psicosfera, colocada agora diretamente por Santos, na mesma página acima enunciada, corresponderia “ao reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio-ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário”.

FORMAS-PENSAMENTO FETICHISTAS E SIMBÓLICAS

De acordo com M. Santos (2002, p.126):

a ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos (...) é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como também cria o real. Sendo, na origem, um real abstrato, cada vez mais se manifesta como real concreto, na medida em que a vida social se complica.

O papel desempenhado pela ideologia aceita é, frequentemente reprodutor de uma dada moralidade e crenças que tratam de desconsiderar análises mais aprofundadas sobre o que lhe é supostamente antagônico. Representa o necessário à segurança e à continuidade, fato que explica a insensibilidade, provavelmente pelo medo humano (e socialmente aceito) da desconstrução, da mudança. A indiferença e o comportamento *blasé* ilustram a desarrazoabilidade advinda da discriminação consciente, funcionando através de uma lógica medíocre e auto-preservacionista que beiram a ignorância (desconsideração) e/ou a falta de empatia.

Alguns dos indivíduos sensíveis (e cuja convivência se promove por diferentes modos) aos julgamentos e às construções ideológicas em sua manifestação opressiva, muitas vezes refugiam-se em sua própria personalidade e criam o seu próprio espaço, indisposto à sociabilidade de padrão vigente, nos quais o usufruto da imaginação reflete o espaço não-coisificado e ocasionalmente restrito aos próprios indivíduos, como um *espaço interno*.

H. Lefebvre *apud* M. Santos (1997, p. 21) coloca que “a forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade” enquanto “o espaço-natureza justapõe, dispersa”. São justamente nesses níveis de relação espacial, principalmente no segundo, que aparecem os processos randômicos de interação humana com a Natureza, particularmente quando este almeja seu aconchego, numa espécie de ritual de fuga de

suas tendências rotineiras ao apinhamento: Segundo Sartre *apud* M. Santos (1997, p.20) “um objeto portador de funções humanas, este produto cristalizado de seu trabalho impõe-lhe uma práxis que governa os seus movimentos e mesmo determina o modo como ele agirá no cotidiano”.

A questão da alienação de si mesmo e a integralidade do ser na busca através das fugas em dimensões próximas fisicamente, mas ao mesmo tempo distantes da realidade cotidiana é a resposta humana frente à restrição da liberdade causada por ele mesmo. Esta assertiva vem de encontro com o que Pierre George (1969, p.34) comenta em sua obra intitulada *Sociologia e Geografia*: “Os vínculos com o espaço se tornam cada vez mais abstratos, à medida que a economia se torna mais desenvolvida e diversificada. A urbanização aumenta as distorções entre o espaço econômico e o espaço de localização.”

A superestrutura ideológica propicia as condições ambientais para que a segregação espacial, marginalidade e baixa qualidade de vida se interdeterminem, uma vez que a dinâmica populacional, movida pelo ciclo de vida natural do ser humano, guarda razões tempo-espaciais mais ou menos passadas e/ou recentes, reprodutoras de lógicas pensadas durante esses momentos. Cabe identificar de que forma o indivíduo emprega sua criatividade, respondendo ao caráter limitador do sistema com sua própria humanidade. E, para isso, para a busca da realidade social (em seu caráter de subsistência e, por conseguinte, em seu desenvolvimento artístico), visa-se o resgate do significado impresso, porém oculto da consciência espacial envolta na materialidade. A elucidação dessa *práxis* – tanto tecno, quanto psicoesférica – é representada também por H. Lefebvre *apud* M. Santos (2002, p.316): “a análise da vida cotidiana envolve concepções e apreciações na escala da experiência social geral”.

Assim, conceitos como qualidade de vida e marginalidade, embora não isentos de relação com a segregação sócio-territorial, readquirem significados quando acrescidos de fatores facilitadores, como estarem próximos de fixos simbólicos, lúdicos e emocionalmente salubres; e espacialidades não-alienantes do ponto de vista funcional (pois tal espacialização propicia condições para a inserção territorial, ainda que disposta no meio natural).

Esses “fatores facilitadores” proporcionam momentos salutares uma vez possibilitando ao indivíduo a fruição sensual com a natureza, ou seja, compartilhando-a. As praças que propiciam o lazer dos esportes e das conversas, as trilhas que trabalham com os estímulos da mente e dos sentidos seriam os melhores exemplos dessas espacialidades não-alienantes.

Na região em questão foi constatada a presença de quatro praças, nas quais em pelo menos três delas são praticados esportes, duas são periodicamente ambiente de festas da comunidade e uma delas é destinada à realização de eventos sonoros da juventude.

Além do convívio comunitário, as trilhas e caminhos presentes nas abrangências do rio Córrego Grande denotam e conotam o ludismo advindo do mistério e da lubricidade. A cachoeira, situada no médio curso do rio, forma o maior poço natural da ilha e uma das maiores quedas d’água. A atmosfera selvagem, de geometrias incongruentes do ambiente mesclam-se ao caráter condicional e excessivamente humano advindo dos fluxos urbanos, resultando numa relação com o meio de caráter recreacionista.

A intocabilidade de muitas das paisagens esconde fixos ainda repletos de confusões dimensionais, além de rugosidades. Novos empreendimentos são construídos, nos quais os setores público e privado ignoram a realidade sócio-ambiental local, os primeiros desejosos de impostos que aumentem a arrecadação pública e os segundos

vêm imbuídos de fetiches ecocapitalistas associados ao consumo do bem-estar enclausurado e atrás da segurança individualista, uma vez que erguem-se muitos edifícios e condomínios fechados destinados à população de média e alta renda. Contiguamente a eles, terrenos sem títulos são vendidos às populações de baixa renda. Ambas as classes de pessoas provêm de fora da cidade e do estado, com comportamentos e culturas diversas, as quais por vezes chocam-se aos das populações autóctones. O grande motivo “residencialmente atraente” seria a proximidade do bairro com a Universidade Federal de Santa Catarina, além da localização estratégica aliada a alguns fatores como a existência de uma demanda subempregatícia (e de mão-de-obra barata), a fama de tranquilidade e tradicionalidade associada aos lugares tipicamente “nativos”, além da relativa proximidade do centro da cidade. Esses aspectos que caracterizam o bairro como pólo de atração de migrantes perfazem a atual atividade econômica da especulação imobiliária como a mais intensa e dinâmica dos setores, elevando o custo de vida e reduzindo a qualidade.

Sabe-se que o espaço é sempre uma realidade relacional e, por assim dizer, reserva um amálgama de elementos importantes a se considerar para que seja, realmente, codificado para o seu “beneficiamento”. Pierre George (1969, p.35) :

A relatividade do espaço não decorre somente do ponto de vista de sua capacidade de sustento humano (valor econômico), mas também no que se refere à percepção de suas dimensões por parte das coletividades humanas que o ocupam ou que são levadas a percorrê-lo. A forma elementar de percepção do espaço é a familiaridade com o meio de existência.

Dessa forma, para que o espaço, que segundo Santos “é o mais interdisciplinar dos objetos de estudo” seja destrinchado é necessário (não por acaso) que os métodos de estudo e também as correntes teóricas embaixadores desta decomposição sejam também diversos e multifacetados por natureza, como é a própria natureza do Espaço. A percepção aí desempenha fundamental importância, pois, segundo Santos (1988, p.62):

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. Por exemplo, coisas que um arquiteto, um artista vêem, outros não podem ver ou o fazem de maneira distinta. Isso é válido, também, para profissionais com diferente formação e para o homem comum. A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada.

Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência.

Outro autor que explica magnificamente o processo mental e sinestésico da realidade através da cognição espacial é M.M.Ponty (1978, p.273-274):

Com a distinção entre os sentidos e a inteligência, encontra-se justificada a distinção entre os diferentes sentidos. O intelectualismo não fala dos sentidos porque, para ele, sensações e sentidos só aparecem quando eu retorno no ato concreto para analisá-lo.(...) o intelectualismo recusa-se a colocar o famoso problema da contribuição dos sentidos na experiência do espaço, porque as qualidades sensíveis e os sentidos, enquanto materiais

do conhecimento, não podem possuir como propriedade o espaço que é a forma da objetividade em geral e, em particular, o meio pelo qual uma consciência de qualidade se torna possível.

A personalidade pode se mostrar difusa e fragmentada, incapaz de se mostrar integral. A falta de integralidade no meio-ambiente e a ausência de correspondência entre o tempo do corpo e o da mente refletem a contenção da criatividade, presa à conversão do tempo em capital. Exemplificações do quão imbricadas podem ser as formas de se relacionar natural e socialmente dispõem-se principalmente através de sua raiz subjetiva. Yi-Fu Tuan (1974, p.70) demonstra categoricamente como se dá esse processo personalístico da experiência espacial:

Quando não há lapso de tempo entre a sensação e a sua interpretação, se pode falar de experiência, como percepção em sentido estrito. Quando há lapso de tempo se podem formar conceitos; uma pessoa pode parar e interpretar os indícios perceptivos de maneiras diferentes, como um exercício em racionalidade. Uma interpretação é preferida e por parecer verdadeira, apega-se fortemente a ela. A verdade não é dada através de nenhuma consideração objetiva da evidência. A verdade é subjetivamente admitida como parte da experiência e da perspectiva global da pessoa.

A “volta ao passado” e “ida ao futuro” é propiciada com a elucidação geográfica do presente. A sensação de relatividade do tempo advém da constante entrada e conseqüente permanência de acontecimentos espaciais. O tempo segue uma evolução progressiva de desenvolvimento tecnológico – sempre interdependente – e, de uma forma mais complexa (e talvez mais relativista) de desenvolvimento humano.

É preciso dar tempo ao tempo. E, se o indivíduo quiser desenvolver-se, deve respeitar a idade do corpo, uma vez que ele tem limites e necessidades. Sabe-se também que guarda inúmeras possibilidades e a mente – e o seu produto, imaginação – deve estar atenta que a concretização de seus anseios também depende do trabalho do corpo. Os organismos se tornam cada vez mais complexos, mais independentes e influenciadores dos demais quando o espaço que ocupam dilata-se e aumenta naturalmente de acordo com o seu entendimento e cultura, que aqui adquire o significado de “tempo de dedicação (a algo)”.

Talvez assim possa-se enfim atuar na máxima de Santos (1997, p27):

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividilo em classes, em exploradores e explorados; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem fetichizado.

REFERÊNCIAS

GEORGE, Pierre. **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 1997

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980